



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

VINICIUS SOUZA BARROS DE FREITAS

MOBILIDADE DO TRABALHO EM CRISE: UM OLHAR SOBRE A FEIRA LIVRE DA
PERIFERIA DO JORDÃO – RECIFE (PE)

RECIFE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GEOGRAFIA – LICENCIATURA

VINICIUS SOUZA BARROS DE FREITAS

MOBILIDADE DO TRABALHO EM CRISE: UM OLHAR SOBRE A FEIRA LIVRE DA
PERIFERIA DO JORDÃO – RECIFE (PE)

TCC apresentado ao Curso de Geografia -
Licenciatura da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito para obtenção do título
de graduação em Geografia.

Orientadora: Prof^o Dra. Ana Carolina Gonçalves
Leite

Coorientador: Prof^o Doutor Daniel Mazione
Giavarotti

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Freitas, Vinicius Souza Barros de.

Mobilidade do trabalho em crise: um olhar sobre a feira livre da periferia do Jordão ? Recife (PE) / Vinicius Souza Barros de Freitas. - Recife, 2023.
43 p. : il.

Orientador(a): Ana Carolina Gonçalves Leite

Coorientador(a): Daniel Manzione Giavarotti

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Licenciatura, 2023.

Inclui referências, anexos.

1. Modernização. 2. Metrópole . 3. Feira livre do Jordão. 4. Trabalho informal.
5. Crise do trabalho. I. Leite, Ana Carolina Gonçalves. (Orientação). II. Giavarotti, Daniel Manzione. (Coorientação). IV. Título.

910 CDD (22.ed.)

VINICIUS SOUZA BARROS DE FREITAS

MOBILIDADE DO TRABALHO EM CRISE: UM OLHAR SOBRE A FEIRA LIVRE DA
PERIFERIA DO JORDÃO – RECIFE (PE)

TCC apresentado ao Curso de Geografia -
Licenciatura da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito para obtenção do título
de graduação em Geografia.

Aprovado em: __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Daniel Manzione Giavarotti, (Coorientador)
Universidade de São Paulo

Prof^o. Me. Victor Santos Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Me Thauany Vernacci Brewer Pereira Freire
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas envolvidas na construção desse trabalho, amigos, familiares, interlocutores, banca avaliadora, minha querida orientadora Carol, e aqueles que vieram em algum momento contribuir no meu processo de desenvolvimento. Expresso um enorme carinho àquelas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na pesquisa, principalmente aos meus interlocutores que permitiram elaborar muitas das minhas vivências enquanto morador do bairro e que estava cursando uma universidade pública. Trago esse trabalho de conclusão de curso como uma forma de demonstrar uma parte de todo conhecimento construído nesses últimos 3 anos de pesquisa, espero que possam apreciá-lo e utilizá-lo de forma a contribuir no próprio processo de pensar o mundo, do meu que anda em crise, ao nosso que compartilhamos de forma coletiva. Que esse trabalho possa nos mobilizar a pensar sobre nós mesmos e como estamos sendo levados ao empurrar do mundo, sem ao menos tentar movê-lo, que o nosso caráter destrutivo nos mova para o fim, aquele que tanto almejamos, o do trabalho. Por fim, agradeço a minha mãe por permitir que meu rebento viesse ao mundo e me desse força até os dias de hoje para seguir lutando, pensando sobre a vida e trazendo nossas ideias para o mundo.

O rap é compromisso,
não é viagem.

Sabotage.

RESUMO

Este trabalho conclusão de curso (TCC) faz reflexões sobre o processo de modernização da cidade do Recife e territorialização da feira livre do Jordão. A partir da leitura do cotidiano dos trabalhadores, foi possível pensar a produção espaço através das constantes políticas urbanísticas de aterro dos mananciais e erradicação da população moradora de mocambos as margens dos mangues, para dar lugar a projetos de casas populares que viriam formar os bairros de periferia do município. A expansão da metrópole tornou possível a proliferação do trabalho informal no espaço da feira livre do Jordão, configurando esses sujeitos a estarem em constante mobilidade de sua força de trabalho, suscetíveis a violências socioeconômicas. Transforma-se crítica a possibilidade de sobreviver no urbano para uma parcela da população, sendo estes(as) periféricos(as), pretos(as) e pobres, em tempos de crise do trabalho, a sobrevivência dessas pessoas torna-se ainda mais agravante sem dinheiro.

Palavras-chave: Modernização. Metrópole. Feira livre do Jordão. Trabalho informal. Crise do Trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do bairro do Jordão.

Figura 2 - Mapa altimétrico do município do Recife.

Figura 3 – Rio canalizado, em suas margens os galpões e ao fundo o morro do Monte dos Guararapes – 22 de julho de 2023.

Figura 4 - Praça do Jordão - Google Maps, 2011.

Figura 5 - Rua São Joaquim - Google Maps, 2015.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. PROCESSO DE USO E OCUPAÇÃO DO BAIRRO E FORMAÇÃO DA FEIRA LIVRE DO JORDÃO	14
1.1 - Georreferenciamento do bairro do Jordão na Zona Metropolitana do Recife.....	14
1.2 – Mobilização do trabalho no processo de modernização da cidade do Recife.	17
1.3 - Casas populares x mocambos: a formação da feira livre do Jordão.....	24
1.4 – CEASA-PE.....	26
2. PROJETOS URBANÍSTICOS NO JORDÃO E A DESMOBILIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE	29
3. NOVAS FORMAS DE REPRODUÇÃO DO TRABALHO NA PERIFERIA DO JORDÃO . 35	
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	42
ANEXOS	43

INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos uma conversa sobre as condições atuais de reprodução das periferias urbanas brasileiras, a partir de um bairro da cidade do Recife no estado de Pernambuco, seria conveniente começarmos tomando como ponto de partida o papel da vivência empírica do pesquisador, analisando de forma crítica as relações cotidianas, o que impulsionou a construção da presente investigação. Morador de favela no bairro do Jordão, periferia da zona sul do município do Recife, estudante de geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - me considero privilegiado por estar ocupando um espaço que a grande maioria da juventude do meu bairro não teve oportunidade de ocupar e que estruturalmente não é um lugar a qual a periferia teve acesso - apesar da luta em sua democratização.

Estudar numa universidade pública é um grande desafio, além de ser um ambiente que não é experimentado no cotidiano dos moradores do meu bairro. Como sujeito periférico, me formo como um pesquisador em um lugar de poder onde as pessoas da periferia se tornaram objeto de estudo desta instituição. Me encontrei numa relação contraditória, o qual historicamente formado como sujeito periférico, fui sendo colocado como objeto reificado, e que agora encontro-me como o pesquisador. Essa relação paradigmática se coloca de forma incessante na produção dessa pesquisa, pois, enquanto produtor de conhecimento teórico, estudar a periferia se tornou problemático já que nesse momento eu teria que repensar sobre a periferia, indo de encontro às análises consolidadas sobre o tema.

Ser um pesquisador negro, vindo da periferia, altamente pauperizado, constrangido pela imposição do trabalho; sem trabalho, refazer a leitura sobre a periferia é ressignificar o que foi o próprio processo de periferização, ou até mesmo da metropolização e criação do urbano. Estando no curso de geografia numa instituição pública, foi difícil refazer a interpretação que historicamente se consolidou sobre a periferia, correndo o risco de ser categorizado como uma pesquisa empírica, como se os espaços periféricos não representassem a própria formação da metrópole. É essa desgarrada relação entre a quebra do pesquisador distante do seu objeto de estudo, chegando no próprio sujeito periférico que produz o conhecimento, que essa pesquisa busca olhar de forma não objetificada a realidade da periferia e suas transformações.

É nesse encaixe que em uma universidade pública, que deveria ser da população que não teria condições de se financiar nas faculdades privadas, foi com a entrada das pessoas negras e periféricas que a própria ciência começou a falar na realidade, o qual os próprios

sujeitos que historicamente foram coisificados, agora estão pensando o mundo. Não é diferente deste autor que nesse trabalho buscou fazer uma leitura sobre a formação de um bairro periférico da zona sul da cidade do Recife. É importante que a universidade tenha estruturas que permitam a permanência desses sujeitos, necessária para produção de novos conhecimentos sobre a própria realidade, contudo, é uma camada muito superficial, pois ainda é muito singelo o ingresso das pessoas negras nesses espaços.

A lei de cotas nº 12.711/2012, a fim de adotar critérios de seleção para o acesso das camadas mais pobres ao ensino superior, tornou a universidade um lugar a ser ocupado também por pessoas pretas e periféricas. Contudo, esse momento de ingresso se dá quando a própria universidade está em ruínas, quando ela não consegue mais realizar seus objetivos. Essa abertura, porém, ainda está longe de atender a todos aqueles que desejam ingressar numa universidade pública. A permanência ainda é uma questão a ser pautada, pois a experiência em ingressar e seguir carreira numa universidade pública é debilitada, principalmente após os sucessivos desmontes que aconteceram nos últimos anos.

A crise pandêmica do Coronavírus 19 (COVID - 19) impossibilitou uma grande parcela de estudantes que já viviam em situação de vulnerabilidade socioeconômica de estudar através do ensino remoto, modalidade imposta pelo isolamento social para mitigação da propagação do vírus, tornando difícil a realidade de continuar acompanhando as atividades na universidade. Além daqueles que não tiveram opção senão trabalhar na pandemia para compor a renda de suas moradias.

O olhar desta pesquisa sobre a produção do espaço urbano¹ passa por experiências no cotidiano que são vivenciadas dentro da metrópole. Viver na favela é sinônimo de estar suscetível à vulnerabilidade econômica e social, ser mobilizado por relações precárias de trabalho, tensões e controles territoriais do qual estamos expostos a todo momento, além dos constrangimentos estatais, como a violência policial e o esquecimento das prefeituras em relação ao saneamento básico e as condições de moradia, etc. Desde jovens, a norma é que sejamos empurrados para o mundo do trabalho, seja esse trabalho na periferia ou fora dela. Aprendemos desde pequenos com as gerações anteriores, nossos familiares ou vizinhos de bairro, a encontrar alguma função ou qualificação por meio da qual se possa “abrir portas ou alguma oportunidade” de, futuramente, “subir na vida”.

¹ CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo JL; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 2011.

O trabalho é experimentado pelos jovens no interior das próprias famílias, por exemplo, na autoconstrução das moradias da favela (Giavarotti, 2012) como ajudantes de obra (pedreiros, carpinteiros, pintores, etc.), e também a reprodução das diversas formas de obtenção de emprego e renda que configuram expressões da crise do trabalho (Leite e Giavarotti, 2020). Dentre estas expressões da crise, o amplo leque de possibilidades entre o desemprego e a informalidade: o trabalho de ambulantes nas ruas e coletivos, o empreendedorismo de si mesmo, o comércio de drogas, o trabalho de entregadores de aplicativo, entre outros. Estes exemplos nos levam a uma primeira aproximação com a questão da mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977).

Desta forma, buscamos ouvir as histórias de algumas pessoas e interessava saber quais eram suas perspectivas em relação ao trabalho, bem como as formas encontradas para reproduzir economicamente suas famílias, partindo de suas trajetórias de vida e ressignificando o processo de sua formação enquanto trabalhadores constantemente mobilizados. Vale ressaltar que o nome das pessoas entrevistadas para este texto é meramente fictício, a pedido dos próprios em não ser identificados por seus nomes reais.

O ponto de partida para o estudo nesta pesquisa é justamente uma localidade periférica da cidade do Recife, mais especificamente na feira livre do bairro do Jordão, tida como área central e historicamente importante para reprodução da vida dos moradores. Trago para o campo de análise as transformações no bairro em volta do canal, onde se estabeleceu a feira livre. Com os projetos de urbanização para o Recife desde a década de 1945, o canal do Jordão passou por intenso processo de metropolização, sofrendo sucessivas políticas de reformas urbanísticas promovidas pelo Estado, sendo uma das mais importantes a canalização que mudou as formas de uso daquele espaço.

O lugar estudado tinha uma função social específica para a população, principalmente para os moradores formadores do bairro que reproduziram suas famílias na cidade do Recife através da relação com o rio Jordão, realidade vivenciada pelos moradores de mocambos nos mananciais da planície do Recife desde antes do Brasil república. Esse processo de modernização, no que rege a formação do Jordão como bairro, nos permite refletir sobre a produção do espaço e a expansão do centro diante das sucessivas reformas urbanísticas de higienização.

A intervenção do Estado no processo de consolidação da metrópole no Brasil (Dias, 2005) mobilizou milhares de trabalhadores pelo território nacional como uma estratégia na gestão regional dos excedentes de força de trabalho (Vainer, 1995), que impulsionaram a ocupação desenfreada de pessoas nas cidades brasileiras, inclusive no Recife. Ao longo da

segunda metade do século XX, já se propagandeava que a cidade era uma grande oportunidade de melhoria dos meios de vida. Sem muita opção, grande parte desses migrantes estavam suscetíveis às políticas de ocupação dos governos estaduais, tomando posse de áreas tidas como “desocupadas” em torno da cidade.

Com a chegada de migrantes do interior e de outras cidades do Nordeste, a população recifense crescia exponencialmente, sem trabalho formal, movidos a se reproduzirem através da autoconstrução em volta do rio ou em áreas de morro no Jordão. Esse crescimento populacional também deu forma à feira livre, lugar onde muitos trabalhadores expropriados até mesmo do trabalho, começaram, inicialmente, vendendo frutas e verduras para os próprios moradores às margens do rio para acessar o dinheiro.

Segundo Luís Gonzaga Carvalho², antigo comerciante do bairro, a feira teria surgido às margens do rio Jordão ainda no início da década de 1960, com o surgimento de pequenas barracas de frutas e verduras para poder suprir os meios de subsistência das famílias moradoras do entorno, construindo barracas de alvenaria, que também concretiza o esforço desses sujeitos em permanecerem naqueles espaços. Esse processo é uma territorialização concreta do capital, com formação da propriedade da terra e imobiliária para o espaço da feira. Gradativamente, diversas moradias foram tomando conta das margens do rio ao longo da Av. Silvestre Agostinho Sáles, (Jaboatão dos Guararapes)³ e Av. Maria Irene (Recife). O desenvolvimento da metrópole conectou os espaços por meio de transportes coletivos, formais e informais, aumentando ainda mais o fluxo de trânsito no lugar, o que também permitiu a expansão territorial da feira livre.

Esse movimento é reflexo da própria crise do trabalho (Leite e Giavarotti, 2020), visto que a expansão da feira foi provocada pela expulsão dos trabalhadores que não eram incluídos no meio produtivo, restando a venda de mercadorias na feira para continuar reproduzindo seus meios de vida. A proliferação do trabalho informal irá emergir para os dias atuais como outras formas de empreender, incluindo outros tipos de mercadorias, transformando as relações sociais e as formas de conseguir dinheiro.

No contexto atual de modernização da cidade, o bairro do Jordão foi um dos contemplados pelo Programa de Aceleração e Crescimento (PAC)⁴, com objetivo de canalizar

² Essa passagem da fala de seu Luís é um pequeno documentário sobre o cotidiano no bairro do Jordão, que pode ser encontrado no canal da “TV VIVA”, postado no youtube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mjGpD4BO_Mw&t=508s&ab_channel=TVVIVA>. Acesso, 2021.

³ O canal do Jordão delimita os municípios de Recife (bairro do Jordão) e Jaboatão dos Guararapes (bairro do Jardim Jordão), embora as relações econômicas e sociais sejam mais parecidas do que diferentes.

⁴ Entre as prioridades de investimento em infraestrutura em saneamento, habitação, mobilidade do transporte, recursos hídricos e energéticos, defesa, dentre outros.

o rio Jordão; efeito da urbanização, mobilizando a população que se estabeleceu às margens do canal ao longo do processo de formação de metrópole. Foi prometido pela Companhia Estadual de Habitação e Obras (CEHAB) e pela prefeitura do município de Jaboatão dos Guararapes⁵, a construção de um mercado cuja o novo espaço da feira teria boxes e banheiros para os feirantes, além de melhor atender o público consumidor, horizonte de permanência de trabalho no mesmo espaço. A expropriação dos feirantes deu lugar aos fluxos de automóveis e propriedades privadas (supermercados, farmácias, lojas de roupa, etc.) nas redondezas da feira e praça do Jordão baixo.

Dessa forma, as transformações no bairro frente às obras de urbanização do canal do Jordão, mudaram o cotidiano dos feirantes no próprio movimento da modernização da metrópole do Recife, tornando crítica a permanência dessas pessoas no urbano, diante das reformas urbanísticas impostas pelas políticas do governo estadual e municipais para o espaço do canal, onde historicamente se estabeleceu e expandiu-se a feira livre e as moradias que ocupavam o entorno do canal do Jordão.

Por conseguinte, essa pesquisa tentou problematizar algumas questões que foram analisadas nestes três anos de pesquisa realizados no bairro do Jordão, o qual possibilitou compreender como as mudanças na feira atingiram de forma significativa a vida dos moradores. Foi feito um resgate histórico de como ocorreu a ocupação do bairro em relação às políticas de urbanização da metrópole, como também refletindo a crise do trabalho que desencadeou a expropriação desses trabalhadores já espoliados pelo processo de territorialização do capital.

Nesse sentido, este trabalho está dividido em três partes, no primeiro capítulo “processo de uso e ocupação do bairro e formação da feira livre do Jordão”, será feito um resgate histórico das reformas urbanísticas alterando as formas de uso do espaço em volta do rio Jordão. O segundo capítulo “projetos urbanísticos no Jordão e a desmobilização da feira livre” que dissertará sobre a formação de novas centralidades e os efeitos da metropolização que vai homogeneizando os espaços. O capítulo três “A crise do trabalho e as novas formas de reprodução da vida dos moradores no bairro do Jordão”, em que será analisada as novas formas de trabalho informal acessadas através do endividamento pelo crédito. Por fim, este trabalho terá uma conclusão que sintetizará as percepções teóricas e práticas deste pesquisador - homem negro, pobre e de periferia - sobre o processo de construção do conhecimento, o qual tentará

⁵ De acordo com os feirantes, seria construído um mercado com boxes padronizados concretizado com termo de compromisso assinado pelo então presidente da CEHAB, Nilton da Mota Silveira Filho. “Feirantes esperam há 7 anos por construção de mercado público em Jaboatão” - 27/09/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9820327/>>. Acesso: 2023.

dar sentido às questões que se abrem durante a pesquisa na periferia, vindo de um sujeito periférico e que irá voltar para a famosa “favela”.

1. PROCESSO DE USO E OCUPAÇÃO DO BAIRRO E FORMAÇÃO DA FEIRA LIVRE DO JORDÃO

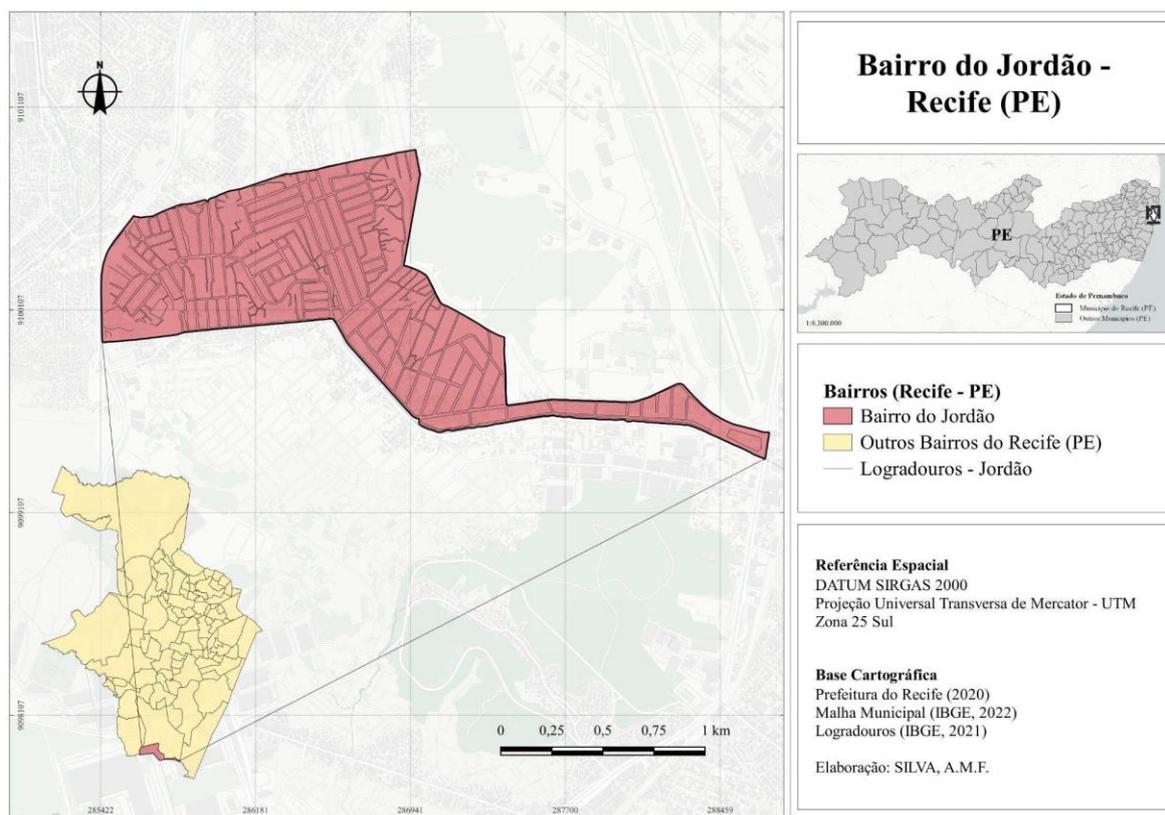
1.1 - Georreferenciamento do bairro do Jordão na Zona Metropolitana do Recife

O Jordão é um dos bairros que compõem a zona sul da cidade do Recife, dentre os seus 94 bairros que formam o município, como pode ser verificado na *Figura 1*. Ele se localiza na 6ª Região Político Administrativa (RPA) da capital, sendo classificado como parte do anel periférico que agrupa diversos bairros no sudoeste, oeste e noroeste do município, segundo Jan Bitoun (2005). O Jordão é vizinho do bairro da Cohab, a oeste, do Ibura, ao norte, de Boa Viagem, ao leste e Jardim Jordão, ao sul - este último parte do município de Jaboatão dos Guararapes. Segundo dados apurados no censo do IBGE de 2010⁶, o bairro do Jordão chega a ter cerca de 20 mil habitantes morando em uma extensão de 152 hectares de terra⁷. Adensamento urbano muito significativo de moradias e estabelecimentos direcionados ao comércio e indústria, além do espaço público de convívio, ruas e avenidas.

⁶ Em 2022 teve o recenseamento demográfico do IBGE que ainda está em processo de conclusão dos dados locais, como o número de pessoas dos bairros, por exemplo. Com os dados apurados até agora, constata-se que a população do Recife diminuiu 3,17%, em relação a 2010, assim como cidades vizinhas - Olinda que teve a queda mais expressiva dentre as cidades da Região Metropolitana, enquanto Jaboatão dos Guararapes, uma leve diminuição populacional, mas que representam uma diminuição populacional nas áreas centrais da metrópole. Em compensação, temos um aumento populacional nas cidades periféricas da capital, como Ipojuca, Itapissuma, Paulista, Igarassu, Ilha de Itamaracá e Cabo de Santo Agostinho. Nesse movimento podemos entender que a expansão da periferia representa o crescimento da metrópole. “Censo do IBGE: população do Recife encolhe 3,17% desde 2010”. Disponível em < <https://g1.globo.com/pe/paranambuco/noticia/2023/06/28/censo-do-ibge-populacao-do-recife-encolhe-317percent-desde-2010.ghtml>>. Acesso em 2023.

⁷ 152 hectares transformados em km², resulta em 1,58 km². Segundo o cálculo de densidade demográfica utilizado pelo IBGE, o Jordão (Recife) conta com aproximadamente 13.500 pessoas morando por quilômetro. Além dos diversos estabelecimentos, galpões, ruas, praças, avenidas, etc, que são de circulação pública e privada.

Figura 1 - Mapa de localização do bairro do Jordão.

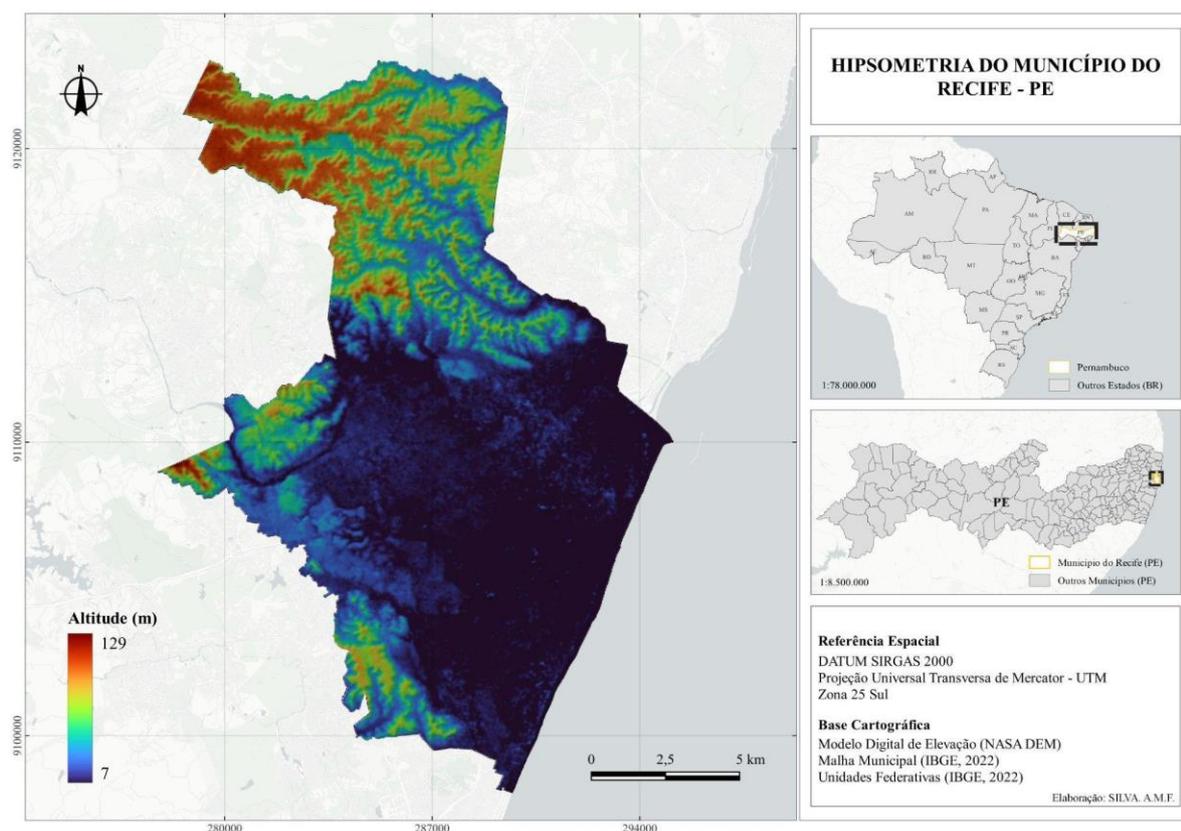


O Recife, de forma geral, é configurado em dois domínios predominantes: os morros de origem sedimentar e as planícies, áreas rebaixadas que foram gradativamente aterradas desde o período colonial e mais significativamente após as políticas higienistas no século XX. O bairro está situado nos interflúvios dos morros da zona sul (Figura 2) e é cortado por um dos canais de escoamento da planície do Recife, chamado de rio Jordão⁸ que dá nome ao bairro⁹. Tem sua nascente no córrego da Gameleira e segue o curso cortando os morros do bairro, para então passar por Boa Viagem e desaguar ao sul no estuário do rio Capibaribe, no bairro do Pina.

⁸ Atualmente se configura como um rio canalizado desde a execução do projeto urbanístico da PAC, no ano de 2009, pelo então Governador Eduardo Campos.

⁹ O Sr. Felisberto Braz, fotógrafo muito conhecido no bairro, conta que o canal do Jordão, anteriormente era costume ser chamado de Sonho Dourado. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mjGpD4BQ_Mw&t=508s&ab_channel=TVVIVA>. Acesso em 2023.

Figura 2 - Mapa altimétrico do município do Recife.



A Figura 2, o mapa de hipsometria do município do Recife, mostra que a área em azul representa a planície dos alagados do Recife, situada quase que inteiramente numa altitude próxima ao nível do mar. O avanço do processo de urbanização se baseia em aterro, mas os projetos urbanísticos transformaram ao longo do tempo o lugar natural da dinâmica dos rios (Andrade, 2019), causando diversos problemas urbanos, principalmente para as populações que não tiveram escolha a não ser ocupar localidades de risco, próximo às encostas dos morros e canais de escoamento na planície. A população do bairro, historicamente, esteve suscetível a movimentos de massa (deslizamento) e alagamentos, principalmente em períodos de altos índices pluviométricos.

O bairro atualmente se configura dividido em três localidades que podem ser consideradas como centrais para os moradores do Jordão e redondezas, são eles: Jordão Baixo, Jordão Alto e Alto da Jaqueira.

No Jordão de baixo é onde há maior dinamismo econômico, tendo a praça como uma área central, com variedades de supermercados, farmácias, escolas, igrejas, etc., além das principais ruas e avenidas, como a rua Andrade Lyra e Av. Maria Irene, com maior circulação de veículos e pessoas, terminal de ônibus com linhas que circulam para bairros vizinhos, além dos micro-ônibus que circulam entre as localidades do interior do bairro. Essa localidade deu

origem ao bairro do Jordão como parte do município do Recife a partir da construção de casas populares, com a aprovação dos projetos urbanísticos de erradicação dos mocambos nos alagados da cidade, promovidas pelo geógrafo e ex-governador de Pernambuco, Agamenon Magalhães (Mandato: 1937-1945) incentivada pelas políticas estadonovistas do Getúlio Vargas (Andrade, 2019). Atualmente, o Jordão de Baixo concentra as propriedades mais valorizadas do bairro.

Localizado em uma área mais elevada, o Jordão Alto também tem um processo parecido com o Jordão baixo, que faz referência à expansão dos projetos de ocupação em vilas em áreas de morro no bairro, as quais passaram pelo mesmo processo de loteamentos. Por exemplo, a praça do Jordão Alto é um lugar de intensa troca de relações sociais, concentrando diversos estabelecimentos comerciais, ruas e avenidas pavimentadas, com circulação de linhas de ônibus, escolas e postos de saúde. Com suas diferenças no processo de valorização da terra, esse espaço mesmo estando em área de morro, tem padrões de ocupação parecidos com o Jordão Baixo, sendo uma extensão da construção de casas populares em áreas de morro.

Os lotes de terra mais desvalorizados geralmente estão distantes da praça e do terminal, em terrenos acidentados nas bordas do morro, que é o caso do Alto da Jaqueira. A localidade do Alto da Jaqueira¹⁰ teve seu boom populacional quando os donos dos sítios que viviam nessa localidade lotearam suas terras e puseram à venda a preço acessível por compor uma parcela de terras mais baratas em relação às ofertadas no bairro, principalmente por compor, em sua maioria, terrenos acidentados em áreas de risco. Atualmente, o Alto da Jaqueira se constitui como uma das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)¹¹ do município do Recife por constituir majoritariamente uma população de baixa renda.

1.2 – Mobilização do trabalho no processo de modernização da cidade do Recife.

Para entendermos a formação da periferia do Jordão na cidade, precisamos olhar para o processo de colonização sistemática, o qual Marx (1986) articula no capítulo XXV a teoria moderna da colonização. O segredo descoberto na colônia, onde o modo capitalista de

¹⁰ Essa área é uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) localizada na RPA N° 6 – na Zona Sul da cidade do Recife, tem por número 8 e é categorizada como uma Unidade Social, chamada Alto da Jaqueira.

¹¹ De acordo com a Lei nº 17.511/08 (Plano diretor), Art. 17, as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária.

produção e acumulação se baseia na propriedade privada aniquilar outros meios de vida sobre a terra (propriedade), isto é, a expropriação de pessoas dos seus meios de subsistência, atrelados a exploração como medida necessária para a acumulação de capital, consolidada pelo escravismo na colônia.

Nos primeiros séculos de colonização, no que virá a ser Brasil, a coroa portuguesa destinaria aos nobres portugueses o direito de explorar terras tropicais a partir da criação das capitâneas hereditárias, que avançaram de maneira violenta e avassaladora sobre os povos nativos. A implementação do sistema de *plantation* e as expedições bandeirantes tornariam possíveis a exploração de produtos agrícolas e matérias-primas para o exterior, como o pau-brasil, o açúcar, o algodão, couros e peles, além de assegurar a reprodução da principal atividade comercial da colônia, o tráfico de escravizados. O avanço da modernização da metrópole junto aos cercamentos na Europa, expropriou trabalhadores e tornou possível a mobilização da mão de obra por meio do assalariamento e a formação de excedente para o processo de acumulação¹².

Maria Odila da Silva Dias (2005) discute que nas primeiras décadas do século XIX, a vinda da família real portuguesa para a colônia brasileira é o momento de fragmentação do poder diante das tensões sociais em Portugal profundamente liberais e conservadoras, tendo como cerne o processo de interiorização da metrópole com a nova capital do país no Rio de Janeiro. A maturação do sistema industrial na Inglaterra e o comércio livre na primeira metade do século XIX, transformou drasticamente a política econômica dos países coloniais, impulsionando a separação de Portugal e a fundação de um novo império português no Brasil.

A formação da nacionalidade, da cultura e da identidade propriamente brasileira que foi sendo construída ao longo do processo de colonização, seria impulsionada pela vinda da família real e aristocratas capitalistas de Portugal para o Brasil. O investimento de capital nas forças produtivas no Centro-Sul se concretizaria com as políticas de povoamento de imigrantes europeus pobres¹³, desprovidos de meios de produção na Europa, para o trabalho livre nas lavouras de café no Centro-Sul, diante do esgotamento do regime escravagista¹⁴.

¹² MARX, Karl. O Capital - crítica da Economia Política. Livro I, tomo I (volume I). Abril Cultural (Séria "Os economistas), São Paulo, 1986.

¹³ Essa ideia também pode ser entendida a partir da concepção de Jean-Paul de Gaudemar (1977) que se debruça a explicar sobre a liberdade num duplo sentido, no qual o trabalhador deve ser uma pessoa livre e disposta a oferecer sua força de trabalho como de uma mercadoria que lhes pertence, e não deve ter nenhuma outra mercadoria para ser vendida, por assim dizer, livre de tudo, para de fato ser realizada sua força de trabalho. Portanto, esses indivíduos estavam livres de tudo, exceto da sua mercadoria força de trabalho, trocada por dinheiro para se medirem numa sociedade monetarizada.

¹⁴ É nesse momento que os migrantes pobres da Europa - portugueses, italianos, alemães, etc. buscam ocupar os postos de trabalho das pessoas antes escravizadas. Estas últimas, agora libérras, são mais uma vez expropriadas

Segundo José de Souza Martins (2010), com a aprovação da lei de terras de 1850 no Brasil, criar-se-ia as condições necessárias da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, instituindo-se um regime de propriedade do qual a condição de proprietário dependeria da compra da terra, ou seja, seria necessário trabalhar no latifúndio para ter dinheiro para então ter a possibilidade de comprar a terra, já que as propriedades já não eram mais livres¹⁵. Nesse momento, as oligarquias cafeeiras do Centro-Sul estavam acumulando um excedente que posteriormente seria investido no que virá a ser a industrialização do Brasil.

O cativo da terra seria a matriz estruturante para assegurar o trabalho na sociedade brasileira, assegurando o modelo concentracionista mediante a coerção do trabalho, sendo a propriedade da terra institucionalizada como propriedade territorial capitalista. No que diz respeito a consolidação do capitalismo no Brasil, a concentração da propriedade privada aumentaria a reprodução ampliada do capital de tal modo que seria a maneira mais rápida de acumulação e enraizamento de uma ideologia modernizadora da metrópole.

No entanto, a consciência propriamente “nacional” viria pela integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte do Rio de Janeiro (1840-1850) conseguida a duras penas por meio da luta pela centralização do poder e da “vontade de ser brasileiros”, que foi talvez uma das principais forças políticas moderadoras do Império; a vontade de se constituir e de sobreviver como nação civilizada europeia nos trópicos, apesar da sociedade escravocrata e mestiça da colônia, manifestada pelos portugueses enraizados no Centro-Sul e que tomaram a si a missão de reorganizar o novo Império português (Dias, 2005, p. 18).

O desenrolar de três séculos de colonização atravessados pela violência direta, mediante a exploração da terra, extermínio dos povos originários e tráfico massivo de pessoas de África para o trabalho escravo, não se tornaria diferente com a presença do colono. A função e o produto continuaram os mesmos, sendo alterado apenas a forma de relação, do trabalho escravo coletivo mediante a violência sobre os corpos para as jornadas de trabalho livre familiar¹⁶. Concomitantemente ao processo de fim do escravismo, o trabalhador livre ou semilivre teria sua força de trabalho altamente explorada¹⁷.

dos meios de produção, enquanto aqueles migrantes agora assalariados farão parte da produção capitalista da nova república. Segundo Lúcio Kowarick (2019), a intenção era repor o trabalho compulsório que seria menos lucrativo do que simplesmente comprar a força de trabalho escravizada, isso significa, portanto, uma volumosa mobilização e desperdício de recursos frente ao capital, se pensarmos que o escravo era a máquina, ou seja, parte da propriedade.

¹⁵ O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava (Martins, 2010, p. 7).

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Carlos Vainer (1995) explica sobre a substituição do trabalho escravo pela força de trabalho branca e livre da Europa que assegurou por muitos anos a permanência da *plantation* exportadora e da hegemonia da cafeicultura na economia brasileira, sobretudo de São Paulo. Esta substituição também projetaria os negros ex-escravizados a

Os fazendeiros sulistas buscaram diferentes formas de aplicação de capital, construindo ferrovias, bancos, indústrias e o surgimento de empresas comerciais, a fim de produzir ainda mais acúmulo de capital, dando as condições necessárias para o desenvolvimento da região¹⁸. Os capitais ingleses altamente tecnificados deram suporte para o desenvolvimento das forças produtivas na circulação de mercadorias no Centro-Sul, com o implemento de máquinas para o avanço das fronteiras do café para o oeste.

O mecanismo de reinvestimento dos oligarcas para expansão da economia cafeeira seria de forma extensiva, incentivando a migração de trabalhadores para a produção de café no Centro-Sul e contando com parte dos investimentos financiado por políticas estatais e expansiva, na medida em que iria incorporando estradas de ferro compradas da Inglaterra, mobilizando a anexação de novas áreas agricultáveis. Lúcio Kowarick diz que:

A mola da acumulação continuaria centrada na grande lavoura voltada para a exportação de artigos tropicais, mas, na medida em que se caminha pelo século XIX, o sistema cafeeiro forjaria um conjunto de efeitos multiplicadores, entre os quais as ferrovias, a indústria de beneficiamento e sacaria, além de propiciar empreendimentos bancários. Malgrado essas transformações, o trabalho compulsório continuaria sendo a modalidade de exploração dominante nas regiões cafeeiras por largos períodos após 1850 (Kowarick, 2019, p. 45).

Com a emergência do café ao longo do século XIX, o reinvestimento nos meios de produção junto ao assalariamento faria com que o Centro-Sul saísse à frente no processo de modernização, incentivando a imigração de trabalhadores livres que dariam os artifícios necessários para as primeiras formas de trabalho assalariado no Brasil¹⁹, com destaque para São Paulo. A região Nordeste iria perdendo sua centralidade política e econômica, antes vivenciada nos primeiros três séculos de colonização, quando as oligarquias açucareira e algodoeiro-pecuária entrariam em baixa com o comércio exterior.

Essas economias surgiriam em outras regiões do globo, barateando o valor dessas mercadorias nordestinas, perante o mantimento de uma ordem escravocrata, e, as oligarquias regionais não reinvestiram capital como aconteceu no Centro-Sul, por conta da própria dinâmica regional de dominação do trabalho a exemplo da morada (trabalho não pago), dedicando parte das terras para a produção de alimentos para não ter que pagar salário²⁰.

trabalhadores nacionais empurrados para condições de subproletariados e definitivamente excluídos da propriedade da terra.

¹⁸ Esse é o processo retroativo do capital identificado por Marx, transformar mercadoria em dinheiro e dinheiro em mais dinheiro, na produção de mais em mercadorias (Marx, 1986).

¹⁹ A política de colonização sistemática pelo colonato.

²⁰ Em uma das entrevistas com senhor José (78 anos), um dos interlocutores entrevistados desta pesquisa, durante uma conversa sobre o bairro, veio à tona a história da trajetória de vida de sua família até o Jordão, vindos do

Diferentemente da economia paulista que incentivava a migração de trabalhadores livres e assalariados, fazendo uma política de colonização sistemática (Marx, 1986) pelo colonato, tanto é que as primeiras formas de trabalho assalariado no Brasil vão surgindo na economia cafeeira, tornando as economias do Centro-Sul muito mais produtivas, sendo o assalariamento a forma mais lucrativa para o patrão.

Já no Nordeste, a problemática da fome no Sertão e na zona da Mata Açucareira (Castro, 1984)²¹, perante o avanço das cercas do latifúndio, mobilizaria a população sem acesso à terra e comida para as cidades litorâneas do Nordeste²², e para o trabalho de extração do látex para produção de borracha na Amazônia. O autor Manoel Correia de Andrade (1979) nos revela uma análise interessante sobre a função regional que tinha a cidade do Recife após o implemento de ferrovias no final do século XIX, que integrariam a cidade a diferentes direções de norte a sul, sendo elas, em momento de declínio da região Nordeste, incentivada pelos usineiros da economia canavieira²³. As mercadorias transportadas pelas linhas férreas incluíam trabalhadores expropriados pelos engenhos da zona da mata e agreste, sendo despejados no porto e aumentando consideravelmente a população pobre nos mananciais da planície do Recife.

Naquele momento, os alagados eram vistos como áreas desvalorizadas ou sem importância, mas seria lá que a população de mocambos aumentaria expressivamente na cidade. Os cercamentos tornaram agravantes a problemática da fome e seca no Sertão, fato determinante para a expansão e concentração de terras dos oligarcas mais ricos da região sobre os reservatórios de água, impossibilitando o acesso a água de grande parcela da população expropriada²⁴.

interior do Rio Grande do Norte, localizado onde está hoje a cidade de Ruy Barbosa. O espaço era ocupado por pequenos minifúndios de famílias de vaqueiros que tinham recebido terras como pagamento pelo trabalho exercido para o latifúndio, sendo o patriarca, seu avô, vaqueiro e dono da propriedade que era organizada pela família e trabalhadores da vizinhança. Existia dificuldades na realização da venda de suas mercadorias para acessar dinheiro devido à baixa produtividade da terra, além do baixo retorno financeiro principalmente após a morte de seu avô no final dos anos 1950, onde precisou repartir uma légua de terras para sete filhos, tornando ainda mais difícil concorrer com a produção tecnificada dos engenhos da região. Essa passagem pode ser entendida através dos estudos sobre concentração fundiária e o avanço da propriedade privada em grande parte da região Nordeste.

²¹ O alto índice de pobreza se estabelece pela alta concentração fundiária que existe na região nordeste, principalmente pelo coronelismo que produzia uma pobreza generalizada do interior ao litoral.

²² Salvador e Recife até hoje são importantes cidades para o Nordeste por historicamente receberem migrantes de diversas cidades do interior da região.

²³ “A implantação das usinas, nas últimas décadas do século 19, proporcionou a expansão significativa das vias férreas particulares, chegando a representar, em certos períodos, mais de 50% da extensão das ferrovias de Pernambuco” (Siqueira, 2002, p.176).

²⁴ A CPT costuma formular que: “o problema do Nordeste não é a seca, mas a cerca”, ver Carta da 16ª Romaria da Terra do Ceará, disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/acao/romarias-da-terra-e-da-agua/romarias-2013/1690-carta-da-16-romaria-da-terra-do-ceara>>. Acesso, 2023.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999) conta que aflorava a criação de estereótipos sobre o espaço do Nordeste ainda no início do século XX pelas elites agrárias, com objetivo de defender seus privilégios, posição social e política a nível nacional, para suprir o declínio da região. O documento que criou a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, envolveu dirigentes dos estados do Nordeste e intelectuais preocupados com a modernização da região, eles olhavam para a pobreza como um problema a ser resolvido, que refletia no atraso da região, que antes de tudo foi criado pelas elites nordestinas e suas políticas de modernização.

Quando as elites das províncias do antigo Norte e Nordeste descobrem que agindo sozinhos não teriam como enfrentar as elites de São Paulo e Minas Gerais com a Proclamação da República, se articularam em torno da ideia de Nordeste para defender seus privilégios. Privilégios estes ligados a interesses e ao universo mental e cultural das elites agrárias, daí a saudade do regime escravocrata, tão romantizada pela sociologia nordestina, a exemplo do Gilberto Freyre²⁵.

É neste imaginário associado a eugenia constituída pela elite escravocrata que, segundo Rafael Sanzio dos Anjos (2019), as políticas higienistas para o Recife seriam estratégias para a manutenção de um sistema dominante, oligárquico, conservador e preconceituoso do Estado nacional. As reformas urbanas desmantelaram os mocambos dos alagados como fundamento para constituição da propriedade privada romantizada pelo discurso das elites intelectuais da época.

Em seu trabalho de mestrado sobre as políticas de repressão contra os mocambos dos alagados do Recife, Isabella Puente de Andrade (2019) cita que essas ações imputadas ao mangue atestam o quão essas formas de vida não eram bem-vindas na cidade do Recife, sempre associadas a invasor, sujo, que estraga o aspecto da cidade. O engenheiro sanitário Saturnino de Brito, combatente das zonas alagadas do Recife, seria o responsável por diversos projetos de saneamento ligados à higienização.

O movimento higienista, resultado das preocupações da classe dominante com a falta de salubridade, acabou por intervir nos alagados recifenses com aterros, drenagens, construções de canais e retirada dos mocambos, contemplando a criação de áreas verdes nos espaços públicos, assim como vilas operárias, na busca pelo saneamento da cidade (Andrade, 2019, p. 98).

Os alagados seriam um meio de subsistência dos trabalhadores, na leitura feita por Andrade (2019) sobre o romance, “Homens e Caranguejos”, escrito por Josué de Castro (1984),

²⁵ A invenção do Nordeste e outras artes. Durval Muniz, 1999.

que mostraria a importância que tinham as marés como lugar mais bem localizado para aqueles que tinham fome, principalmente os retirantes, que carregam traumas da seca e da cerca no interior, e os trabalhadores que viviam de migalhas no corte de cana nos engenhos de açúcar junto aqueles que já viviam nos mocambos em volta do Recife.

O censo demográfico realizado em 1940, segundo o geógrafo Mário Lacerda de Melo (1978) mostra que a população recifense quintuplicou em cinquenta anos, compondo mais de 62 mil ocupações de mocambos espalhados pelas regiões dos alagados da cidade, com 308 mil habitantes - cerca de 73% ocupava habitações de mocambos, população predominante na cidade do Recife. Esses dados reforçariam os estereótipos necessários para as políticas higienistas tomarem maiores proporções no governo do geógrafo Agamenon Magalhães, aterrando os mangues e expulsando os moradores de mocambos²⁶.

Isabella Andrade (2019) é crítica ao explicar que o discurso modernizador dos intelectuais e políticos planejadores, tornam a própria ideia de cultura e criação fantasiosa de uma identidade pernambucana manifestada no discurso regionalista²⁷. O sentido da urbanização movimenta a expansão da cidade do Recife para outras áreas, aumentando a população nos subúrbios do Recife e municípios vizinhos – como em Jaboatão dos Guararapes (Sul), Camaragibe (Oeste), Olinda e Paulista (Norte).

Com a revolução de 1930, a crise da superprodução do café e as políticas de Estado implementadas pelo presidente Getúlio Vargas (1930-1945) investindo no setor industrial e público-privado, o Estado faria melhorias no setor de transportes e regularização dos direitos trabalhistas, como o direito a salário mínimo²⁸. Tudo isso sendo mobilizado pela lógica global no contexto da segunda guerra mundial (1939-1945), no qual os EUA, durante o governo do presidente Franklin Roosevelt, faziam empréstimos ao Brasil para implementar projetos de siderurgia e material bélico²⁹.

A aliança política entre Vargas e Agamenon Magalhães traria para o Recife mudanças drásticas no território dos mocambos da cidade. As forças políticas locais seriam os principais responsáveis pela exigência do planejamento urbano. O Diário de Pernambuco e Diário da

²⁶ O Diário de Pernambuco, em uma de suas matérias, vangloria o fato de que Agamenon Magalhães prosseguiria com o plano de saneamento do engenheiro Saturnino de Brito. Diário de Pernambuco, 20 de fevereiro de 1938 (Andrade, 2019).

²⁷ FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75.

²⁸ Esse valor seria o custo mínimo a ser pago por determinada força de trabalho, necessário para manter as mínimas condições de vida dos trabalhadores.

²⁹ Criara-se a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. No ano seguinte a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em Itabira, no estado de Minas Gerais, e em Duque de Caxias (RJ) a Fábrica Nacional de Motores (FNM), no mesmo ano.

Manhã como meio disseminação de informações, registravam as atividades da Liga Social Contra o Mocambo (1939), ação que substituiria os mocambos por casas populares³⁰.

O mangue era também esse espaço de refúgio, que em muito interessava à classe dominante quando transformado em terra firme. Tendo consciência de que a classe trabalhadora iria permanecer nostálgica ao mangue, talvez esse ecossistema não fosse tão repugnante para quem soubesse com ele conviver³¹.

É a partir desse movimento da urbanização que culminaria nos aterros sobre os mananciais do Recife. As constantes expulsões mobilizariam pessoas para mais longe do centro, efetivado pelas constantes reformas urbanísticas idealizadas de forma altamente repressiva contra as pessoas de cor que viviam nos alagados. Esse processo se relaciona com as ocupações da população pobre mobilizada na cidade do Recife. Assim como aqueles que continuariam a vir do interior do Nordeste para ocupar os canais de escoamento e nascentes da planície, como é o caso do rio Jordão, do qual desdobraremos no próximo ponto.

1.3 - Casas populares x mocambos: a formação da feira livre do Jordão.

Ao ficar de “fogo morto” (sem moer cana), o engenho Ibura faliu ainda no final do século XIX se transformou em área de subúrbio no Recife, dando origem a povoações próximas aos mananciais do rio Jordão, que veio se constituir mais a frente como bairro, e outros riachos no Ibura. O projeto higienista aterra o mangue para dar espaço a construção de casas populares no Jordão baixo e Jordão alto, chamadas de vilas.

O documentário “Meu bairro é o maior – Jordão”, transmitido pelo canal de youtube TV VIVA, apresentado pelo músico Beto Rock, morador do Jordão, entrevista alguns moradores do bairro entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Um deles é o fotógrafo mais conhecido das primeiras gerações do bairro, o Sr. Felisberto Braz de Oliveira. Ele conta que o Jordão parecia um sítio, com casas afastadas umas das outras, sem ordenamento.

O projeto político a “Liga Social Contra o Mocambo”, com seu escritório localizado na Cruz Cabugá, direcionava as famílias para conseguirem casas populares. A partir disso surgiria a vila do Jordão, conhecida atualmente por Rua Dr. Andrade Lyra, primeira vila pertencente a Liga Social Contra o Mocambo. Braz, como é conhecido no bairro, ainda conta que a Liga foi

³⁰ ANDRADE, Isabella Puente de. “Filhos da lama e irmãos de leite dos caranguejos”: as relações humanas com o manguezal no Recife (1930-1950). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2019.

³¹ Ibidem.

quem deu origem a diversos bairros periféricos que conhecemos hoje pelo incentivo à expropriação das habitações de mocambos.

O artista plástico José Lucena da Silva, nascido e criado no Jordão³², conta que o nome do rio surgiu sob influência da religião cristã, batizado de “Jordão”, que tinha a paisagem de um pântano com muitos coqueirais, mangabeiras, avelós e que as pessoas viviam mais da pesca, das marés, dos frutos das árvores – essa riqueza de alimentos foi o que deu origem a feira livre às margens do rio, onde as lavadeiras trabalhavam lavando roupas de ganho³³, onde bebia-se água, tomava banho, etc. É a partir dessas relações locais que foram acontecendo a troca de alimentos mediante ao que era produzido nos sítios, comercializados na feira entre os moradores do lugar.

Assim como o Beto Rock, conversei com algumas pessoas do bairro para conhecer a história deste rio pelos próprios moradores. Uma das interlocutoras da pesquisa, a Sra. Flor (78 anos), relata sua experiência como lavadeira nos anos 1960-70:

“Eu lavava roupa de ganho, tinha 10 lavagens de roupas de algumas moradoras na vila do Jordão Alto. Buscava as roupas no começo da semana para lavar no rio do Ibura, depois de lavadas eu levava para casa, estendia para secar, passava a roupa e no fim de semana, na sexta e no sábado, era o dia de entregá-las.”

A história de Sra. Flor atravessa a fala de Braz e José Lucena, do qual eles relatam que gradativamente o rio foi sendo aterrado, e as moradias tomariam conta da orla do canal, dando espaço para novas ocupações de trabalhadores. Aos poucos a relação com o rio foi-se mudando devido à paisagem urbana que viria tomando conta das suas margens, os morros foram sendo dragados e recortados e aos poucos foram dando espaço a moradias e galpões comerciais (Figura 3)³⁴.

³² Sr. Braz ainda cita que o nome do rio anteriormente era Sonho Dourado.

³³ Formas de acesso ao trabalho informal realizado por mulheres como lavadeiras para os moradores da vila do Jordão.

³⁴ Os galpões estão espalhados pela Av. Maria Irene, principal via do Jordão baixo, e do outro lado do rio, no Jardim Jordão de baixo, com outros vários galpões direcionados ao transporte de mercadorias, com fluxo de caminhões muito intenso.

Figura 3 – Rio canalizado, em suas margens os galpões e ao fundo o morro do Monte dos Guararapes – 22 de julho de 2023.



Seria assim um processo de expropriação das antigas relações dos mocambos e sítios no Jordão, incentivando o parcelamento de terrenos para construir moradias. A concentração de troca ficaria ainda mais intensiva e extensiva na feira livre, pois era lá onde confluía força de trabalho fora de circulação³⁵. A feira faria com que abrisse possibilidades de os pobres venderem alimentos entre eles. O processo de modernização transformaria o modo de vida dessas pequenas comunas sob a ótica do planejamento regional.

1.4 – CEASA-PE

A territorialização dos feirantes com suas pequenas propriedades autoconstruídas no bairro periférico do Jordão, teria influência da expansão e centralização do alimento como mercadoria, mediada pelo dinheiro, na central de abastecimento alimentício de Pernambuco. De acordo com os dados históricos publicado pelo CEASA-PE³⁶, em 1956, quando o agrônomo Lindalvo Farias assume a direção do Departamento de Agricultura, Mercados e Matadouros da prefeitura do Recife, montara-se um plano de estudo para o abastecimento da cidade feito a céu aberto em quatro pontos principais: Mercado do Cordeiro, Pátio de Casa Amarela, Afogados e nas redondezas do Mercado São José. Dando continuidade ao planejamento urbano do Recife,

³⁵ MARX, Karl. O Capital – crítica da Economia Política. Livro I, tomo I (volume I). Abril Cultural (Séria “Os economistas), São Paulo, 1986.

³⁶ A história do CEASA-PE. Disponível em: <<https://www.ceasape.org.br/artigos/a-história-da-ceasa-pe>>.

no ano de 1957 o prefeito Pelópidas Silveira (1955-1959) outorga a criação de uma Central de Abastecimento para a cidade.

Desembarcaria no Recife um grupo de técnicos do Conselho Coordenador de Abastecimento, órgão federal criado para elaborar uma política nacional de abastecimentos nos centros urbanos, chefiado por Josué de Castro. Seria Pernambuco o pioneiro desta política nacional. Lindalvo Farias, o representante da prefeitura no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (antecessor da SUDENE), é convidado a atuar no planejamento da central de abastecimento em conjunto com o grupo de técnicos do Conselho Coordenador.

O economista Celso Furtado realiza um estudo de dois anos com técnicos franceses sobre o abastecimento urbano no Nordeste brasileiro e propõe novas centrais de abastecimentos, em Salvador e Fortaleza. No ano de 1962 é criada a Central de Abastecimentos de Pernambuco S/A (CAPESA), vinculada à SUDENE. O presidente João Goulart (1961-1963), autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) para concentrar a logística do comércio varejista de hortifrutigranjeiros.

Com as intervenções da SUDENE, inicia-se a construção de galpões da CAPESA que se instalava no Curado (Recife-PE) e se tornaria a primeira instituição do gênero implantada no Brasil. Daria artifícios para a reformulação das feiras locais do Recife que surgiam em volta dos mocambos e casas populares, tornando o acesso dos feirantes no bairro do Jordão ainda mais direcionado para o varejista, do centro de abastecimento, na mesma medida em que os sítios “urbanos” vão perdendo espaço para o comércio de novos loteamentos nos bairros periféricos.

O golpe militar de 1964 paralisaria as obras da SUDENE, afastando dirigentes do cargo, desmontando-a e adaptando-se às perspectivas apologéticas do regime militar de projetos de integração nacional. Em 1968, com a retomada das obras, sob novo projeto, a Central de Abastecimento do Recife (CARE), passaria a funcionar efetivamente no Curado. Enquanto que o Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento (GEMAB) ficariam responsáveis pelas novas centrais de abastecimento instaladas pelo Nordeste³⁷.

Através do Decreto Presidencial nº 70.502, é criado o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), em 1972, cuja orientação ficou a cargo do GEMAB com apoio técnico-administrativo da COBAL³⁸. A SUDENE transfere o controle de grande parte do capital social da CARE para a COBAL – mudando no ano seguinte a razão social para Centrais

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem.

de Abastecimento de Pernambuco S/A (CEASA-PE), dando início para a fase de interiorização das atividades³⁹. O processo de centralização e precificação do alimento estabelecido pelo CEASA-PE mudaria a dinâmica das feiras livres no Recife, antes abastecidas por pequenas propriedades locais em volta dos bairros, sendo lentamente substituídas perante o avanço da urbanização e consolidação da propriedade privada.

No Jordão, a população aos poucos construiu barracas e pequenos estabelecimentos de alvenaria e madeira concentrados em volta dos prédios da avenida Silvestre Agostinho Sales. Os feirantes foram se territorializando em volta dos prédios, chegando até as calçadas da Av. Maria Irene, trazendo cada vez mais trabalhadores para o mercado informal na feira. Proprietários de armazéns de construção explorariam os recursos necessários para a urbanização cercando pedreiras e dragando rios, impulsionando a indústria civil, tornando cada vez mais possível a formação das propriedades no bairro.

A acelerada autoconstrução do bairro só foi possível com a dragagem dos materiais de construção e sua monetarização pelos armazéns que se posicionaram estrategicamente próximos do canal do Jordão, fazendo seu transporte com caminhões para todas as localidades em seu entorno. A modernização da cidade do Recife junto ao aumento gradativo da população, seria o gatilho necessário para promover novas políticas de infraestrutura urbana, como a pavimentação de ruas, construção de escadarias e ladeiras, impulsionando ainda mais o processo de uso e ocupação no bairro⁴⁰.

A expansão da metrópole, a partir de aterros e ocupações populacionais incentivadas pelo Estado, tornaria a qualidade da água do rio cada vez mais insalubre. A expansão da propriedade privada através das obras públicas de urbanização engoliria as propriedades ligadas à subsistência, restringiria o acesso a água, e a nascente do rio Jordão se tornaria privada no final da década de 1990⁴¹.

A modernização do bairro do Jordão tornaria as condições dos feirantes cada vez mais suscetíveis à mobilidade de sua força de trabalho, tornando qualquer pessoa fora dos meios de produção em trabalhadores informais, no contexto de crise do trabalho. O trabalho informal se torna uma realidade muito significativa no Recife, e a feira livre do Jordão o palco da

³⁹ Os objetivos dessa interiorização é promover a concentração da oferta, operando como rede de distribuição varejista, facilitando a distribuição e barateando o custo final dos alimentos. *Ibidem*.

⁴⁰ Pensando no crescimento da cidade que virou metrópole, é fácil ver como a água do Tietê virou energia para as indústrias, para as casas; como as areias e as argilas foram materiais básicos na construção/ edificação da cidade. (Seabra, 2000, p. 78)

⁴¹ A empresa Transágua iniciou sua ocupação na nascente do rio Jordão pelo potencial aquífero nessa localidade, para a venda de água em caminhões pipa para as áreas com escassez de recurso hídrico. A Compesa faria o serviço de encanação para homogeneizar o acesso à água através da tributação mensal.

descartabilidade do trabalho. No próximo capítulo será analisado as transformações recentes da feira livre do Jordão.

2. PROJETOS URBANÍSTICOS NO JORDÃO E A DESMOBILIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE

A feira do Jordão teve um crescimento tão expressivo no final do século XX, que expandiu seus limites para barracas improvisadas na Av. Maria Irene (Figura 4) e na rua Boanerges Pereira, onde podia ser encontrado todo o tipo de mercadorias às margens do rio Jordão. Por muitos anos, foi o lugar de feirantes com pequenas lojas em becos semelhantes aos bairros do centro metropolitano do Recife, como o São José e Santo Antônio. Assim, esses territórios de uso (Seabra, 2004) são transformados através das relações cotidianas dos feirantes.

Figura 4 - Praça do Jordão - Google Maps, 2011. Na imagem observa-se que a obra de canalização substituiu a feira.



A territorialização de trabalhadores em volta, tanto da feira, quanto da praça do Jordão baixo, tornou central o uso deste espaço para relações comerciais ligadas ao trabalho. O setor alimentício predominava na feira do Jordão com mercados, padarias, bombonieres, casas de ração, pequenas quitandas alinhadas com frutas, verduras, raízes, temperos, carnes no geral - além do comércio de variedades de brinquedos, acessórios de cozinha, eletrônicos, armazéns,

fitas e discos. A generalização das relações de venda dessas mercadorias na feira emerge como modo urbano de vida.

Tratando dos territórios de uso e modo de vida, Odette Seabra (2004) afirma que o urbano é configurado a partir das migrações para a cidade durante o século XX. No modo de vida urbano, o cotidiano emerge para análise na metamorfose das formas de uso do tempo vivido nesta urbanização contemporânea. Permanecer habitante, morador, há que ser aquele que usa, que delimita territórios de uso. Seabra (2004) ainda explica que o sentido da urbanização é a generalização do modo de vida implícito nestas relações sociais, onde precisa-se territorializar para permitir alguma apropriação, fundamentada pela desigualdade da propriedade privada.

A concentração mais ampla de estabelecimentos, em geral, era mais encontrada nas ruas do centro, nos bairros do Recife, São José, Santo Antônio e Boa Vista, onde se originou aquele projeto urbanístico de aterros e erradicação dos mocambos que formou o centro comercial. Com as dimensões expressivas da urbanização, a metrópole do Recife se expandiu para o eixo da zona sul da cidade. Em 1980, o primeiro shopping center da cidade foi inaugurado no bairro de Boa Viagem, tido como o primeiro centro comercial socioeconômico do Estado, tornando a zona sul do Recife uma centralidade de lazer, comércio e serviços. Vale ressaltar que esta modernização do espaço foi quem expulsou parte dos moradores da favela do Entra Apulso para dar lugar ao Shopping Center e arranha-céus.

A produção do espaço urbano da zona metropolitana do Recife estava em curso, o qual já era um dos centros urbanos mais ocupados no Brasil, impulsionado pelo processo de modernização que expande gradativamente suas redes que interligam os bairros para a integração da cidade. Na leitura de Odette Seabra (2004), o acesso à moradia com energia elétrica, água potável e saneamento básico são os artifícios que conectam a população ao modo de vida da cidade.

Na virada para o século XXI, o bairro do Jordão se tornou densamente ocupado por pessoas, visto que seu vizinho, o bairro de Boa Viagem, veio a se tornar uma nova centralidade do município no final do século passado. Tal proximidade proporcionou uma dinâmica relacional entre a população do bairro absorvida como força de trabalho necessária ao setor de serviços do bairro da beira mar da zona sul. Na medida que avança a infraestrutura para o bairro do Jordão, muda-se também a lógica do espaço.

Mesmo com todos os projetos governamentais propostos pelos municípios, governo estadual e federal, os constantes processos urbanísticos de expropriação tornaram ainda mais homogêneas o meio de se relacionar na cidade, trocando qualquer coisa por dinheiro. Se existe

precariedade é porque ela foi produzida pelas próprias políticas de Estado, no processo de expansão da propriedade privada capitalista. A arquiteta urbanística Lívia Miranda faz análises estatísticas sobre as precárias condições de vida de mais da metade da população recifense:

Cerca de 759 mil pessoas moram em áreas de baixo padrão de desenvolvimento humano, correspondendo a 53% da população recifense. [...] Considerando-se o elevado crescimento demográfico, as moradias localizadas em condições habitacionais inadequadas e os poucos investimentos historicamente realizados em infraestrutura e em regularização fundiária, tem-se o quadro das necessidades habitacionais no Recife (MIRANDA, 2005, p. 10).

Os morros da zona sul foram os que tiveram maior porcentagem de pessoas com acesso a domicílios com banheiros e água encanada (MIRANDA, 2005), o Jordão incluso nesse processo. Fator a se considerar relevante é o processo de uso e ocupação do solo no bairro que foi um dos que mais cresceram em termos populacionais. A autora ainda argumenta:

A conjuntura de descentralização das políticas habitacionais e a dependência de recursos externos para promover programas de regularização urbanística e fundiária revelam a extrema fragilidade do município, que não conseguiu gerar oportunidades habitacionais na proporção da crescente demanda (MIRANDA, 2005, p. 33).

A análise levantada por Miranda entra em confluência com o relato das trajetórias de vida de algumas famílias do bairro, muitas moradias criadas de forma improvisada em áreas de risco, e sob condições de desemprego – a urbanista não colocaria em questão que a própria modernização excludente da cidade do Recife, idealizada e vangloriada pelas elites regionais no começo do século XX foi quem produziu essa forma de urbanização.

Odette Seabra (2000) cita que os territórios passam pelo processo de estruturação, desestruturação e reestruturação através do planejamento e infraestrutura homogênea dos espaços, junto ao investimento em indústrias que redefiniu espacialmente e estruturalmente o trabalho que culminou na formação das periferias⁴². É o caso, por exemplo, do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) em 2008, que a partir do Estado promove uma transformação no espaço com a propaganda de requalificá-lo e melhorá-lo, mas que também pode ser interpretado como projetos urbanísticos que tem produzido expulsões e confinamentos (Leite e Giavarotti, 2020).

A aprovação do PAC promoveu diversos projetos de infraestrutura, saneamento, habitação, transporte, recursos hídricos, entre outros, como conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar

⁴² SEABRA, Odette de Lima. Urbanização e Fragmenta: A natureza natural do mundo. Geografares, n. 1, 2000.

a política fiscal. Esse projeto pode ser entendido como uma continuidade das políticas urbanísticas de homogeneização do espaço urbano que resultou na expropriação dos sujeitos que habitavam as margens do rio.

O Jordão era um dos bairros da zona metropolitana do Recife que passava por enchentes em períodos de muita chuva, consequência do crescimento acelerado e desenfreado da urbanização. Diante disso, a canalização do rio Jordão se tornou uma das principais pautas da população residente. Com a aprovação do projeto de canalização do Jordão prevista no escopo da PAC em 2009, previa-se a resolução do transbordamento das águas do rio provocado pela urbanização, que por sua vez, reconfigurou a dinâmica do espaço.

Gradativamente, os feirantes foram sendo deslocados para um novo lugar, menor e improvisado, na rua São Joaquim, rua transversal da Silvestre Agostinho Sales (rua da feira). Alguns outros feirantes se espalharam e se instalaram nas calçadas das principais ruas e avenidas nas proximidades da praça e ocuparam o lado externo do mercado público do Jordão por um curto período de tempo, para continuar vendendo suas mercadorias. Esse processo provocou a dispersão dos feirantes em volta da área central da praça e canal do Jordão.

Figura 5 - Rua São Joaquim - Google Maps, 2015.



O aumento da rua Silvestre Agostinho Sales, a rua da feira, na lógica do planejamento urbano de melhoria na acessibilidade do bairro, prometeria melhorias no tráfego de automóveis entre a Br-101 e importantes avenidas, como a Dois Rios, no sentido Ibura, e a Mascarenhas de Moraes, no sentido Imbiribeira e Boa Viagem (Recife), e Estrada da Batalha no sentido

Prazeres (Jaboatão dos Guararapes). Investimentos urbanos impulsionados pela venda em massa de veículos⁴³.

O projeto do Grande Recife Consórcio de Transporte⁴⁴ em 2008, alterou as viagens dos ônibus do bairro, diversas linhas deixaram de existir ou tiveram suas rotas reconfiguradas. A constante expansão da zona metropolitana do Recife permitiu a fragmentação do tráfego de ônibus em pequenos trajetos e a centralização da circulação de pessoas para as estações de metrô e integrações de ônibus.

A grande maioria das linhas do Jordão são consideradas alimentadoras, ou seja, levam o usuário do terminal do bairro de subúrbio até o terminal integrado mais próximo. Esse sistema, em tese, é o reflexo de diversas reformas do governo do Estado que objetivam “resolver” a mobilidade populacional, mas que na realidade se torna uma administração proposital da superlotação de pessoas nos transportes coletivos da zona metropolitana do Recife.

O ônibus 021 - Q.G. aeronáutica, que saía do terminal do Jordão baixo e seguia em direção ao centro do Recife pelo bairro de Boa Viagem, foi modificado para 155 - Jordão Baixo/ Boa Viagem e teve sua rota reduzida até o Shopping Recife, em Boa Viagem. A linha 190 - UR-11/ Boa Viagem, que saía do terminal da UR-11 no bairro da Cohab (Ibura de cima), teve sua rota alterada e não passa mais pelo Jordão.

As linhas 152 - Jordão Baixo e 153 - Jordão Alto, saíam de seus terminais e seguiam pela Av. Mascarenhas de Moraes (Imbiribeira) e faziam seu retorno no centro do Recife, na Av. Dantas Barreto (bairro de Santo Antônio) e na Av. Conde da Boa Vista (bairro da Boa Vista), respectivamente. Com a inauguração da integração de ônibus do aeroporto, ligado ao metrô da linha sul da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), suas rotas foram reduzidas e o letreiro dos ônibus se tornou 152 - Jordão Baixo/ T.I.⁴⁵ Aeroporto e 153 - Jordão Alto/ T.I. Aeroporto, integrados a SEI.

A linha 125 - Córrego da Gameleira, após 2012, torna-se integrada a SEI Tancredo Neves, deixando de seguir viagem até a Estação do Cais de Santa Rita, no centro da cidade. Por fim, a linha de maior trajeto e superlotação, além das péssimas condições dos ônibus da frota da empresa Vera Cruz, o 206 - T.I. Barro/ T.I. Prazeres (via Jordão), teve aumento na rota

⁴³ Fenabreve confirma recorde histórico em vendas de carros em agosto de 2012. Disponível em: <<https://g1.globo.com/carros/noticia/2012/09/fenabreve-confirma-recorde-historico-em-vendas-de-carros-em-agosto.html>>. Acesso, Agosto de 2023.

⁴⁴ O objetivo deste projeto é tornar a circulação dos coletivos um Sistema Estrutural Integrado (SEI), unindo estações de ônibus e trens.

⁴⁵ Terminal integrado.

após a construção da SEI do Barro na década de 1990, e novamente foi estendida com a construção da SEI de Prazeres, em 2016.

Esse processo é resultado de um adensamento populacional muito intenso no bairro do Jordão, por ser bem localizado na cidade, olhando pela lógica do trabalho, do lazer e do trânsito. Ele está relativamente próximo do Aeroporto, de bairros privilegiados da zona sul e da BR-101, o que aumenta a concorrência por um pedaço de terra no bairro. A proliferação de diversos estabelecimentos no Jordão baixo e Jordão alto como supermercados, farmácias, academias, barbearias, lojinhas de roupas, etc, é o reflexo da urbanização e expansão da propriedade privada na metrópole.

Parte das pessoas que compunham a antiga feira livre foram indenizados. Com esperança de que a feira voltaria, alguns resistiram e continuaram seu trabalho como feirante, enquanto que outros desistiram por não ter mais condições de continuar trabalhando sobre péssimas condições, vendendo mercadorias na feira. Condiicionados a trabalhar para manter seu sustento e conseguirem maiores possibilidades de vendas, o restante dos feirantes que resistiram ao processo de expropriação e foram realocados para a rua São Joaquim, perceberam que a feira livre não seria devolvida depois da canalização. Diante dessas circunstâncias, voltaram novamente a construir alguns barracos de alvenaria, tapumes e madeira nas calçadas da Rua Silvestre Agostinho Sales. Esse movimento ocorreu como forma de protesto à reforma expropriadora dos projetos de infraestrutura e saneamento que não devolveu a feira livre aos feirantes⁴⁶.

Sem previsão para o início das obras, a indecisão por parte das prefeituras do Recife e de Jaboatão dos Guararapes de se responsabilizar pela construção do mercado para feira livre do Jordão, é resultado da lógica do crescimento urbano, provocando a posição imediata dos feirantes de retornar à feira à beira do canal. A ocupação dos feirantes após as reformas urbanas do bairro dividiu opiniões, sendo criminalizada por parte da população do bairro, alegando a construção de forma improvisada e desordenada, com muita sujeira no canal e nas ruas, falta de saneamento, dificuldade de circulação, vazamento, muita lama, além da criminalização dos moradores de rua que ali dormem. Todas essas temáticas recriam a ideia de valorização do bairro, o crescimento populacional de moradias e a constante expansão da feira. Além da

⁴⁶ Na manhã do dia 01 de setembro de 2021, a repórter Danielle Fonseca entrevista alguns trabalhadores da feira livre do Jordão que ainda aguardam desde 2012 novos boxes no mercado requalificado. De acordo com os representantes do grupo, dos 186 feirantes cadastrados sobraram 90. Por exemplo, seu João que trabalha como barbeiro na feira improvisada até os dias de hoje, se espreme em um pequeno cubículo onde corta cabelo a céu aberto (Anexo 1). “Feirantes de Jardim Jordão, em Jaboatão dos Guararapes, esperam por novo espaço desde 2012” - 01/09/2021. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9820327/>>. Acesso: 2023.

mudança na lógica de se utilizar o rio Jordão, teve como resultado a resolução do problema de alagamento do canal do Jordão com melhorias de infraestrutura e saneamento do lugar.

Em 2016 as obras de pavimentação duplicaram as avenidas que facilitam a movimentação dos veículos no Jordão, principalmente para os ônibus. A rua Dr. Álvaro Ferraz e Andrade Lyra se tornaram mão única - antes era mão e contramão na rua Dr. Álvaro Ferraz. A pavimentação e a flexibilização do trânsito no Jordão baixo fizeram com que fosse alterada a lógica de utilização da terra, dividindo entre empreendimentos e moradia. As garagens vão dando espaço a pequenos fiteiros, mercearias, lojinhas de roupas, pizzarias, etc.

3. NOVAS FORMAS DE REPRODUÇÃO DO TRABALHO NA PERIFERIA DO JORDÃO

O desmantelamento da feira do Jordão está relacionado com o processo de modernização do Recife. Esse movimento faz a lógica do espaço ser transformada, produzindo novas centralidades, na verdade produzindo um movimento no qual não é necessário que esses indivíduos saiam do bairro para resolver alguma demanda do cotidiano. Por exemplo: vinte anos atrás era uma realidade concreta ir até o centro da cidade e comprar roupas de tempos festivos. Com a acelerada transformação dos meios produtivos e a generalização das mercadorias, os “empreendedores” que acessam o mercado global de vendas, a expansão da comunicação permite que as pessoas abram suas próprias lojas online e que futuramente podem se desdobrar para uma loja física dentro do bairro, funcionando como uma loja mais próxima com réplicas de roupas de marca, mais acessíveis economicamente de 1º, 2º e 3º linha⁴⁷.

A função social da feira foi caindo por terra na medida em que surgem os grandes supermercados, que centralizam diversas mercadorias e fazem com que os pequenos empreendedores da feira sejam jogados para outras funções do trabalho por não conseguirem mais mediar os seus meios de reprodução e de suas famílias através da venda de mercadorias na feira, se tornando cada vez mais difícil permanecer trabalhando como feirante.

A urbanização se torna crítica quando constatamos que não há moradia e emprego para a maioria. Segundo Damiani (2001), o trabalho como miséria absoluta, construída por trabalhos temporários na própria indústria, é a aparência desse trabalho próprio da urbanização, a reprodução desigual do capital fixo das empresas - resultado, a industrialização hoje promove a expulsão compulsória de trabalhadores, provocando um desemprego generalizado.

⁴⁷ Tipos de réplicas de vestuário da melhor para pior qualidade de roupa.

A proliferação do trabalho e a mística de um proletariado “qualificado”, muito bem explorado pelo negócio educacional, acentua ainda mais o trabalho sem qualificação, intermitência do trabalho e direitos trabalhistas. Sendo assim, o que é a urbanização crítica?

É a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transforme radicalmente as bases da produção e reprodução social [...] não há urbano para todos [...] todo o aparato teórico-conceitual que sempre explicou a miséria e o desemprego, ou o subemprego, como faces do capitalismo dependente, acabou por obscurecer o limite que estamos vivendo. Os pobres sobrevivem à custa de uma economia que envolve os próprios pobres e quase exclusivamente eles: são os serviços e o comércio nas áreas periféricas (Damiani, 2000, p. 30).

O momento de crise pandêmica da covid-19 vivenciada nos últimos anos, agravou as condições de sobrevivência de diversas famílias na cidade do Recife, sendo ainda mais expressivo para as pessoas negras, pobres, periféricos, mulheres, jovens, indígenas, dentre outros. A proliferação de trabalhos temporários para o público desempregado ou que perdeu seu emprego durante a pandemia, junto ao esfacelamento das leis trabalhistas⁴⁸, deixou a população numa relação social de trabalho à mercê dos aplicativos de celular, que tem como principais características a ausência de uma jornada e pagamento fixo, disponibilidade em tempo integral e a falsa ideia de não subordinação dos trabalhadores ao patrão.

Ludmila Abílio (2019) analisa essa transferência de trabalho com adesão de multidões de usuários-trabalhadores e usuários-consumidores apropriados por empresas de forma produtiva de modos de vida e da vulnerabilidade social, ao mesmo tempo que monopoliza os setores econômicos nos quais atuam. A autora ainda afirma que a ausência de uma regulação, além da baixa oferta de trabalho assalariado condicionou esses sujeitos a estarem na viração, ou seja, investindo em seu capital humano – a força de trabalho, única coisa que lhes resta numa sociedade mediatizada pelo dinheiro.

A generalização do trabalho home office alavancou o mercado de compras e vendas virtuais, aumentando a produção da indústria automobilística, uma das que mais lucraram durante a pandemia⁴⁹, convergindo com uma maior facilidade de acesso ao crédito, que permitiu a evolução de serviços ligados a delivery e logística, fazendo com que os excluídos sociais tivessem maior facilidade na obtenção de mercadorias que permitam a realização de sua

⁴⁸ Os exemplos mais icônicos dos últimos anos sobre o esfacelamento das leis trabalhistas é a aprovação da reforma da Previdência EC 103/2019, ou também, com a criação da carteira verde e amarela pela Medida Provisória nº 905/2019, símbolo do governo Bolsonaro.

⁴⁹ O consumo vira uma necessidade para o exercício do trabalho. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/11/22/producao-e-venda-de-motos-crescem-na-pandemia.ghtml>>. Acesso: Setembro de 2023.

força de trabalho, obtendo motos, carros, computadores, celulares, etc. Resultado, inclusão de trabalhadores no mercado informal, comprando aparelhos de comunicação e automóveis como meio de trabalho através do endividamento.

Refletindo sobre uma entrevista realizada nos trabalhos de campo no bairro do Jordão, foi possível ver as diferentes formas de inserção no trabalho pelos moradores, a exemplo de Jadson (26 anos), que já acessou diversos tipos de trabalhos temporários. Sempre trocando de trabalho, o caso desse interlocutor evidencia a própria forma de se reproduzir na metrópole.

Jadson (26 anos) conta sua trajetória no bairro como morador do Alto da Bela Vista (bairro da COHAB), do qual pudemos perceber em seu cotidiano as constantes mobilizações, reflexo da crise do trabalho. Atualmente trabalha para os aplicativos digitais e ainda convive na relação familiar constituída por mãe, irmãos e padrasto, além dos outros familiares que moram próximos de sua casa. Já trabalhou em diversos tipos de emprego desde a sua infância e adolescência, construindo sua moradia como ajudante de pedreiro - com o manuseio, conseguiu fazer alguns bicos de ajudante na construção civil em geral, dentro e fora do bairro.

Aos 18 anos se alistou no exército brasileiro, do qual passou quase um ano trabalhando como recruta no quartel do bairro do Cabanga, zona sul do Recife. Saindo de lá, ficou novamente suscetível a trabalhos temporários, até se firmar em um restaurante no centro da cidade do Recife, lá ele passou por volta de cinco meses trabalhando em algumas funções. Durante a pandemia da covid-19, Jadson ficou desempregado desde 2020, além de ter a notícia de que seria pai de uma criança justamente nesse momento.

No final do ano de 2022, finalmente voltou a trabalhar, agora como garçom no ‘Me Confessando Bar’, no bairro do Jordão. Lá ele conseguiu outros bicos trabalhando em shows e eventos. Recentemente se cadastrou nos aplicativos digitais para trabalhar como entregador de aplicativo, como bikeboy, até se cadastrar na empresa Mottu⁵⁰, que facilitou o acesso ao automóvel através do endividamento. Atualmente ele trabalha como entregador informal de um estabelecimento alimentício no Jordão baixo.

Ludmila Abílio (2019) faz uma leitura sobre a utilização da força de trabalho por aplicativos digitais como trabalhadores “*Just in time*”, que significa que o trabalhador só vai ser remunerado quando executar o serviço prestado, podendo passar horas esperando um

⁵⁰ A mágica para o jovem fenômeno chamado Mottu, fundada em 2019, é que só se aluga motos para entregadores autônomos. Não vende. Porém, paga IPVA, licenciamento, manutenção, resgate, moto reserva, seguro, infraestrutura e assistência 24 horas. Não comercializa a moto, somente aluga para os chamados motoboys, entregadores delivery, que viraram gênero de primeira necessidade durante a pandemia, crescendo exponencialmente frente ao chamado lockdown. Disponível em: <<https://www.theriders.com.br/o-fenomeno-mottu-a-moto-que-nao-existe/>> . Acesso: setembro de 2023.

trabalho que pode não se realizar ou não, mas sempre disponível. A forma negativa desta análise é enxergar o crescente desemprego e o aumento do trabalho informal, entendidos como libertos do patrão, responsabilizando-se por sua própria conta.

Outro interlocutor do bairro, o Sr. Antônio (69 anos), numa entrevista realizada em sua moradia, conta que desde criança sempre trabalhou em padarias, sendo lá que ele aprenderia a profissão. Ele conta que anos à frente se consolidava como pasteleiro, passando longos anos trabalhando na profissão do qual se aposentaria em 2012. A história de Sr. Antônio mostra que a crise do trabalho era uma realidade vivenciada por ele quando mais jovem, mobilizado a trabalhar em outras profissões da qual não estava apto, além de estar sempre se qualificando através da prática como padeiro. Ele conta que estava preparado para aprender qualquer profissão, devido às circunstâncias para sustentar a família como o provedor e não poderia estar desempregado. O trabalho dentro do próprio bairro ia tomando forma na relação entre proprietários e trabalhadores, sendo estes condicionados a estarem expostos a precariedades de trabalho.

A história de vida do Sr. Antônio atravessa a de Jadson, mesmo com as diferenças geracionais e têm relações semelhantes com o trabalho. No primeiro caso ainda era possível pensar em alguma forma de integração social pela labuta, sem precisar de uma formação técnica para exercê-la e finalmente alcançar a aposentadoria, mas que ainda nos dias de hoje precisa trabalhar para complementar sua renda. No segundo, com a crise do trabalho, a precarização a que os trabalhadores se encontram, com jornadas de trabalho extenuantes, sem direitos trabalhistas, muitas vezes informais e temporários, não resta nem o constrangimento de ser humilhado pela relação trabalhista, além da falta de perspectiva em conseguir direito a aposentadoria, no intenso momento de mobilização do trabalho em crise.

Sr. Antônio teve acesso direto ao trabalho informal desde criança ligado ao próprio bairro, Jadson vive uma relação de experimentar diferentes tipos de trabalho do qual não consegue se fixar em nenhum. Ambos como moradores do bairro do Jordão estão submetidos pelas recentes transformações na reprodução social capitalista. A desmobilização da feira é o resultado das mudanças na forma de oferecer serviços e bens comercializados na cidade, onde outrora ocorreria na feira livre, hoje os shoppings e mercados públicos dão lugar a essa oferta.

Os feirantes ficam suscetíveis a variáveis de mercado, arcando com os diversos custos de transportes de mercadorias para o seu espaço de trabalho na feira, pois, não tem outra opção senão comercializar com o CEASA-PE que centraliza o acesso aos alimentos a custo baixo e em grande demanda. Ter clientela para consumir sua mercadoria é necessário para continuar

reinvestindo, reinvestimento este dificultado pelo aumento dos custos de outras coisas necessárias para a reprodução dos meios de vida.

Os empreendimentos que mais deram certo no bairro do Jordão nesse processo foram os supermercados, além de ser o principal concorrente da maioria dos feirantes. As mercearias e mercadinhos se transformaram em redes de atacarejo de segmentação de Cash & Carry (pague e leve), compras no atacado e no varejo. Dessa forma, os supermercados formaram um monopólio de abastecimento alimentício centralizando o acesso a venda de mercadorias. O novo Atacarejo⁵¹, empresa com venda predominantemente alimentícia, foi uma das que mais se expandiram nos últimos anos em Recife, sendo recentemente aberta uma filial na BR-101, próximo ao bairro do Jardim Jordão - Jaboatão dos Guararapes.

As redes de atacado e varejo gradativamente vão atraindo o público consumidor. O preço em atacado possibilita o investimento de trabalhadores que possam abrir empreendimentos na favela, como pequenas mercearias. Soma-se também os materiais comprados para o preparo de lanches que serão vendidos durante a noite e outras formas de trabalho informal relacionado a comida, com novos preços que dão de alguma forma um lucro que permitirá um reinvestimento no seu negócio.

Isso inclui grande parte de alimentos que podem ser extraídos da terra como raízes, verduras, frutas e legumes, além das carnes e derivados, que era o que compunha grande parte da venda da feira livre até a sua desmobilização no ano de 2009. O CEASA-PE escoava a maior parte de suas mercadorias para os estabelecimentos maiores, a exemplo do atacarejo. O trabalho como feirante fica cada vez menos rentável perante os processos de centralização de compras e vendas de alimentos.

Remete a pensar no mundo da informalidade para a obtenção de renda, relatada por Jadson, a partir das percepções sobre o lugar onde a grande maioria dos jovens de sua idade, ou mais novos do que ele, não tem outra opção de trabalho, a não ser que seja no mundo informal ou da criminalidade perante as condições críticas de impossibilidade de reproduzir seus meios de vida sem trabalho.

Leite e Giavarotti (2020), levantam o questionamento da descartabilidade dos corpos, maioria negros e pardos em momentos de crise do trabalho, padrões de territorialização capitalista. A mudança da função do espaço também permite refletir sobre como o Estado age com as políticas de urbanização e segurança pública, criminalizando corpos negros e

⁵¹ O novo Atacarejo é uma das empresas do ramo alimentício que mais cresceram em Pernambuco, abrindo diversas filiais espalhadas pelo estado, com sua matriz no Recife, no bairro de Boa Viagem.

periféricos, o que torna a favela um espaço de contenção da criminalidade. A urbanização é uma realidade concreta de impossibilidade para todos (Damiani, 2001) quando o feirante não consegue mais reproduzir seus meios de vida por não conseguir mais competir com os grandes estabelecimentos privados do bairro.

Com a desmobilização da feira do Jordão, os trabalhadores migraram para outras formas de trabalho informal, como por exemplo os trabalhadores de aplicativos, ambulantes e pedintes (nas ruas e nos transportes coletivos), artistas de rua que trabalham através da venda de suas artes e a expansão viral do mercado de apostas, inédito no que se expressa generalização da crise do trabalho.

Nesse sentido, é possível compreender que o processo de transformação das múltiplas relações que permeiam o território da feira livre do Jordão vai de sua análise histórica de integração e expansão na produção do urbano até a sua desmobilização como impossibilidade de continuar reproduzindo seus meios de vida, tendo que estar suscetível a constantes mobilidades.

As reformulações na feira têm mostrado a produção do próprio bairro, enquanto um espaço que não consegue se integrar totalmente ao urbano, e que por meio da crise do trabalho, os moradores que ocupam esse território acabam não encontrando os meios de reprodução que antes estavam disponíveis nos mananciais e sítios, ou na própria feira, que hoje se encontra criminalizada perante o avanço da metrópole.

Por conseguinte, a transformação do cotidiano dos moradores que trocam relações com a feira foi modificada pela intensa mobilização do trabalho, sempre se relacionando com a informalidade para mediar seus meios de reprodução. No contexto atual, com o acesso ampliado a tecnologia, esses trabalhadores se auto gerenciam como empreendedores que buscam vender qualquer coisa em busca de sua sobrevivência, seja um serviço, produto ou seu corpo em suas diversas formas de exploração. Esta é uma evidência clara da crise do trabalho, a qual, mesmo sendo lida como a sociedade do trabalho, uma grande quantidade de pessoas continua sem nem o direito de se submeter a ele, restando os piores e mais degradantes serviços a serem executados. Foi através do vivido que pude fazer uma interpretação sobre as relações da feira livre e como esse território pode ser percebido em momentos de crise do trabalho, realidade estudada no bairro do Jordão, que pôde ser analisada nos últimos três anos de pesquisa e que hoje é sintetizada neste trabalho de conclusão de curso.

CONCLUSÃO

A partir desta pesquisa conclui-se que o bairro do Jordão passou por diversas políticas públicas de teor racista, efetivadas desde o processo de consolidação do Brasil como república no século XIX. Desde os projetos de erradicação dos mocambos, que tinha como objetivo expropriar o povo negro, começando do centro ao subúrbio, mobilizando pessoas para as áreas de morro nas periferias da cidade do Recife. Neste sentido, produziu-se uma gama de trabalhadores sem emprego, que vivem todos os dias tentando conseguir um prato de comida, vendendo o almoço para comprar a janta, ou apostando suas últimas moedas em bancas de aposta almejando condições básicas de reprodução, o que resulta no próprio endividamento.

É desta forma que é possível perceber a realidade cotidiana do Jordão, com grande quantidade de trabalhadores de aplicativo, mercados informais, trabalhadores ambulantes, transitando pela cidade para ter uma fonte de renda. Essa mobilização tem produzido um inchaço do bairro, que por um lado, se torna um espaço de recebimento de moradores de outras localidades que buscam um lugar que ofereça mais serviços com um custo de vida mais baixo, e por outro, tem aqueles que já não conseguem manter um aluguel em certas áreas da região, migrando para outros espaços mais baratos e precarizados.

Por conseguinte, a crise do trabalho que assola a sociedade capitalista e que faz parte da sua forma estrutural de se reproduzir, tem mobilizado a produção do bairro, da cidade, do país, dos blocos econômicos, abstrações que no fim materializam uma forma de ser onde a barbárie aparenta ser a única descrição dessa relação. O bairro do Jordão não está fora desse processo, sendo encadeado pelos interesses econômicos vigentes, não sendo importante os sujeitos que ocupam aquele espaço. No fim, a forma neutra da produção do urbano, passa por cima de qualquer obstáculo em busca do desenvolvimento. Com a desmobilização da feira do Jordão, a própria população sentiu os impactos na sua sobrevivência. É nesse momento em que a vida de bairro, o cotidiano, tudo vai entrando no ritmo da máquina que nos move, autonomizando tudo e todos.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. 1º edição, São Paulo: Cortez, 1999.

BITOUN, Jan. *O que revelam os índices de desenvolvimento humano*. RECIFE. Prefeitura et al, 2005.

ANDRADE, Isabella Puente de. “Filhos da lama e irmãos de leite dos caranguejos”: as relações humanas com o manguezal no Recife (1930-1950). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. Recife, problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1979.

CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo JL; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 2011.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Edições Antares, Rio de Janeiro, 1984.

DAMIANI, Amélia Luisa. “Reflexões sobre uma urbanização crítica a partir da metrópole de São Paulo”. *Anais do 8º Encuentro de Geógrafos de América Latina*, 2001, Santiago. 8º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Estampa, Lisboa, 1977.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. *O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GODOY, Paulo; TEIXEIRA, Nair Fernandes; DE GODOY, Dante Teixeira. *A cidade no Brasil—período colonial*. *Caminhos de geografia*, v. 12, n. 38, 2011.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 1994.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves; GIAVAROTTI, Daniel Manzione. 2020. “Padrão territorial e crise do trabalho: o confinamento como forma de territorialização das relações sociais capitalistas contemporâneas.” *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 29 (1): 32-50. doi: 10.15446/rcdg.v29n1.76443.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro I, tomo I (volume 1). Abril Cultural (Séria “Os economistas”), São Paulo, 1986.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro I, tomo II (volume 1). Abril Cultural (Séria “Os economistas”), São Paulo, 1986.

MELO, Mário Lacerda de. Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife. In: Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife. 1978.

MIRANDA, Livia. Desenvolvimento humano e habitação no Recife. Atlas do desenvolvimento humano no Recife [CD-ROM]. Recife: Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, 2005.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. Revista Cidades, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2004.

_____. Urbanização e fragmentação: A natureza natural do mundo. Geografares, n. 1, 2000.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. As primeiras ferrovias do Nordeste brasileiro: processo de implantação e o caso da Great Western Railway. 2002.

VAINER, Carlos B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo, v. 1, 1995.

ANEXOS

Anexo 1 - Imagem retirada da entrevista do NETV- 1º edição, no dia 01 de setembro de 2021, “Feirantes de Jardim Jordão, em Jaboatão dos Guararapes, esperam por novo espaço desde 2012 - 01/09/2021”. Seu João Cortando Cabelo no boxe improvisado na calçada da Rua Silvestre Agostinho Sáles.

